

Brasília, 12 de fevereiro de 2026

Seleção

Sumário

Migalhas

Quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

MIGALHAS nº 6.287	3
--------------------------------	----------

MSN Notícias

Terça-feira, 10 de fevereiro de 2026 | Patentes

Farmacêuticas nacionais criticam PL de quebra de patente do Mounjaro	9
---	----------

Quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

IA do Google bloqueia pedidos com personagens da Disney após disputa legal	10
---	-----------

Folha.com

Quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Quebra de patente não garante acesso imediato a medicamentos, diz Sindusfarma	11
--	-----------

O Globo Online

Quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Entenda o projeto que quebra patente de canetas emagrecedoras	12
--	-----------

Veja.com

Quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 | Patentes

Câmara aprova urgência para projeto que prevê quebra de patente do Mounjaro	14
--	-----------

Revista Globo Rural Online

Quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Banana irrigada de Bom Jesus da Lapa conquista Indicação Geográfica	15
--	-----------

MIGALHAS nº 6.287



Quarta-Feira, 11 de fevereiro de 2026 - Migalhas nº 6.287.

Fechamento às 07h41.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Apoiador:

Bertoni Soares Advogados

()

"Pobre dos pobres que não têm dinheiro, e mais pobres dos ricos que nele se fiam."

Padre Antonio Vieira

Entre a pobreza declarada e a riqueza revelada

A 3ª turma do STJ considerou válida a utilização, de ofício, do sistema Infojud para verificar a real capacidade econômica da parte e, com base nessas informações, revogar o benefício da justiça gratuita. Segundo o colegiado, a declaração de hipossuficiência goza de presunção apenas relativa e pode ser afastada quando surgirem elementos concretos em sentido contrário, desde que a medida observe a finalidade processual e o dever de confidencialidade. ()

Vamos falar sobre isso?

A propósito da nota anterior, a Justiça brasileira tem um encontro marcado com dois de seus próprios pilares: a gratuidade judiciária e o sistema dos juizados especiais.

Terra perdida, contrato extinto

A perda da propriedade de imóvel rural por decisão judicial extingue automaticamente o contrato de arrendamento, sem necessidade de ação específica de rescisão ou despejo e sem sub-rogação do novo proprietário nas obrigações contratuais anteriores. ()

No mérito e na forma

No julgamento anterior, ministra Nancy elogiou a qualidade técnica da sustentação oral apresentada pela advogada, mas deixou um conselho à tribuna: evite a leitura integral do texto. ()

Responsabilidade sem desculpas

Tabeliães e registradores respondem objetivamente por danos causados a terceiros em atos praticados antes da entrada em vigor da lei 13.286/16. Para a 3ª turma do STJ, a exigência de prova de culpa ou dolo só se aplica a condutas posteriores à alteração legislativa. ()

Pensão reduzida, prisão suspensa

3ª turma do STJ suspendeu ordem de prisão civil de pai após decisão judicial que reduziu o valor da pensão alimentícia. Para o colegiado, a modificação do encargo afasta a liquidez e a certeza da dívida. ()

Laços de família

O colegiado também manteve decisão que reconheceu paternidade post mortem, mesmo 20 anos após a morte do suposto genitor. Os ministros consideraram válido exame de DNA realizado com irmãos do falecido. ()

Poder familiar

4ª turma do STJ manteve a destituição do poder familiar de genitora e determinou que a criança permaneça com família indígena substituta, diante de provas de negligência grave e em observância às diretrizes do ECA. ()

Venceu, mas não levou

3ª turma do STJ decidiu que advogado que continuou recebendo pagamentos mensais do filho de cliente falecida não tem direito a honorários contratuais de êxito após vencer ação. ()

Execução definitiva

3ª turma do STJ dispensou a prestação de garantia para levantamento de valores em execução definitiva milionária, ao entender que a exigência de fiança se aplica apenas ao cumprimento provisório de sentença. ()

Ad aeternum ?

3ª turma do STJ analisa se milhas ou pontos acumulados em programas de companhias aéreas podem ser penhorados. Durante o julgamento, o ministro Cueva sugeriu levar o tema à Corte Especial. Em resposta, a ministra Nancy Andrichi ironizou: "nunca mais será resolvido". ()

Entre o aplicativo e o Código

3ª turma do STJ iniciou o julgamento sobre a aplicação do CDC a contratos entre locadoras de veículos e motoristas de aplicativo, especialmente em casos de alegado reajuste abusivo nas diárias. O julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Cueva. ()

"Toca nos nossos corações"

Ao tratar da controvérsia envolvendo motoristas de aplicativo, ministra Nancy Andrichi destacou o impacto social e a pressão econômica enfrentada pela categoria. Segundo ela, trata-se de caso sensível, que "toca nos nossos corações". ()

Improbidade administrativa

2ª turma do STJ começou a julgar empresa de tecnologia condenada por suposta dispensa indevida de licitação e participação em esquema fraudulento envolvendo contratos de fachada firmados com o BRB. ()

Selic sobre Pis/Cofins

A correção monetária pela Selic sobre o ressarcimento de créditos de PIS e Cofins tem início após o prazo de 360 dias, contado a partir do protocolo do pedido administrativo. ()

Amortização

2ª turma do STJ negou pedido de amortização de ágio no IRPJ e na CSLL, diante da ausência de prova do pagamento que teria originado o valor. ()

Fisco questionado

STF recebeu duas novas ações que solicitam a suspensão de trechos da lei 15.270/25, que instituíram tributação sobre altas rendas, lucros e dividendos. ()

Lucros e dividendos

Juíza Federal afastou IR sobre lucros e dividendos de escritório de advocacia optante pelo Simples, ao concluir que lei ordinária não pode afastar tratamento diferenciado assegurado a micro e pequenas empresas. ()

Bônus

STF julga, em plenário virtual, se gratificação de desempenho de atividade do seguro social pode ser estendida a aposentados e pensionistas do INSS. Placar é 2 a 0 contra a gratificação. ()

Sindicância

Pleno do STJ decidiu afastar ministro Marco Buzzi, acusado de importunação sexual. Corte designou para 10 de março sessão do pleno para deliberar sobre as conclusões da comissão de sindicância. ()

Novo Apoiador

Sediado em SP e com sólida trajetória na advocacia, atuação perante as Cortes Regionais e Tribunais Superiores, Bertoni Soares Advogados reúne conhecimento técnico, vivência institucional e visão estratégica para atuar nos temas mais sensíveis do Direito Público e Eleitoral. Essa combinação permite uma atuação alinhada às exigências jurídicas, políticas e institucionais do país. e conheça o novo Apoiador do Migalhas.

Comprometimento da integridade

Justiça condenou os assassinos de Marielle Franco a pagar R\$ 200 mil por danos morais à viúva da vereadora, além de pensão pelo tempo de sobrevivência da parlamentar. ()

Mês das mulheres

De 9 a 13 de março, a Justiça do Trabalho priorizará audiências de conciliação em processos envolvendo mulheres trabalhadoras no projeto "Elas em Pauta". ()

Exposição vexatória

TRT-4 condenou empresas do grupo Hard Rock a indenizar recepcionista submetida a polichinelos, agachamentos e gritos de guerra em reuniões de trabalho. ()

Conduta dolosa

TRT-5 manteve a justa causa aplicada a vendedora que, mesmo afastada por atestado médico, realizou atendimento em sua clínica própria de bronzeamento artificial durante o carnaval. ()

!!!

Sessão do TCE/AM sobre programa educacional acabou em troca de ofensas entre conselheiros, com desafio público para quebra de sigilos, acusações e interrupções sucessivas. Assista. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Reforma do Código Civil

Marco Aurélio Bezerra de Melo discute como a atualização do CC propõe reforço contra inadimplência condominial, com multa maior, juros mais claros e combate a práticas abusivas no rateio das despesas. ()

Migalhas de Responsabilidade Civil

Cão Orelha ainda late! Vicente de Paula Ataíde Junior analisa a proteção jurídica dos animais, as responsabilidades penais e civis e a reforma do CC à luz do recente caso de violência animal em SC. ()

Migalhas Notariais e Registrais

Carlos E. Elias de Oliveira detalha o instituto da autotutela e mostra como diferentes países regulam a possibilidade de qualquer pessoa antecipar a definição de seus próprios cuidados em caso de futura perda de lucidez. ()

UMA Migalhas

A NR-01 inaugura um novo olhar: saúde mental também é risco ocupacional. Claudia Campas Braga Patah e Débora Marcondes Fernandez ressaltam que ignorar o recorte de gênero é perpetuar desigualdades. ()

Ordem na Banca

Escritórios não sobrevivem só de técnica, precisam de líderes estratégicos, capazes de ler o mercado, decidir com método e formar times que sustentem o crescimento, como ressalta Lara Selem. ()

Meio de campo

Rodrigo Monteiro de Castro trata da inevitável coexistência entre SAF e clube no ambiente futebolístico brasileiro. ()

Migalhas de peso

- "ADPF 1.183 e a solução consensual no TCU: Controle, constitucionalidade e limites institucionais", por Luíza Benon Soares Peixoto (Fenelon Barretto Rost). ()

- "Novos desdobramentos sobre dividendos: Assegure a isenção sem impactar no fluxo de caixa e com maior eficiência fiscal", por Renato de

Andrade Bento (RONALDO MARTINS & Advogados). ()

- "Acordo Mercosul-União Europeia: Ganhos econômicos e o desafio da sustentabilidade", por Evandro A. S. Grili (Brasil Salomão e Matthes Advocacia). ()

- "Juiz de Nebraska questiona a famosa 'discriminação do agente'", por Witer Desiqueira (Witer, Personi & Moore an International Law Corporation). ()

- "O papel da advocacia preventiva na advocacia de escala", por José Campello Torres Neto (Vivacqua Advogados). ()

- "Medicamentos falsificados: Riscos à saúde e o marco legal à prova de fantasia", por Lays Serpa (DANIEL). ()

- "SecexConsenso no setor de portos: Análise qualitativa dos casos (2022-2025)", por Maria Augusta Viegas e Amanda Athayde (Pinheiro Neto Advogados). ()

- "Entre o sino e o silêncio: Uma experiência sensível dos Direitos Humanos em Coimbra", por Cláudia Bezerra (EBRADI). ()

- "Inteligência artificial e o futuro das relações de trabalho: Governança, alinhamento organizacional e desafios jurídicos", por Leandro Castro e Fernanda Machado (Andrade Maia Advogados). ()

- "Quando todo mundo usa IA, o diferencial passa a ser critério", por Tainah Corrêa (André Menescal Advogados). ()

- "Xadrez tributário no STJ - Perspectivas 2026", por Gabriel Sacramento Ramos, Giovana Sousa Ferreira, Gustavo Borges de Melo e Menndel Assunção Oliver Macedo (Menndel& Melo Advocacia). ()

- "Carnaval além da avenida: A força da **propriedade intelectual** na economia do samba", por Felipe Ferreira Simões dos Santos e Isabelle Illiciev Lage (Di Blasi, Parente & Associados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Novos sócios

Araújo e Policastro Advogados promoveu a sócios os advogados Fernanda Botinha Nascimento, Ivan Luisotto Alexandre e Roberta Novaes Marcondes,

respectivamente nas áreas Tributária, Empresarial e Contencioso Cível. ()

Reforço

Battaglia& Pedrosa Advogados anuncia Theodoro Mattos como novo advogado da área Cível. ()

Biocarbono

O escritório Chenut assessorou a Cenibra nas demandas societárias e tributárias necessárias para a consolidação da joint venture com a Vale. A operação dá origem a Bionow, companhia que visa transformar o mercado de biocarbono, focada em soluções de descarbonização para siderurgia, reduzindo a dependência do carvão e do gás natural. Com investimento superior a R\$ 100 milhões, a fábrica em São Gonçalo do Rio Abaixo tem obras previstas para 2026 e início de operação em 2027. Atuaram na operação Luiz Gustavo Rocha Oliveira Rocholi, Geraldo Mascarenhas L. C. Diniz, Iara Melo e Antônia Bethonico Guerra Simoni.

Baú migalheiro

Há 203 anos, em 11 de fevereiro de 1823, ocorreu a Batalha do rio Cotegipe, no contexto da Guerra da Independência do Brasil, na província da Bahia. O confronto opôs forças brasileiras independentistas às tropas portuguesas, que ainda resistiam ao rompimento com a metrópole. A vitória dos brasileiros no rio Cotegipe foi estratégica, pois abriu caminho para o avanço das tropas patriotas em direção a Salvador, então o principal reduto português no Nordeste. O episódio contribuiu decisivamente para o cerco à capital baiana e para o enfraquecimento do domínio lusitano na região. A campanha culminaria meses depois, em 2 de julho de 1823, com a retirada definitiva das forças portuguesas da Bahia, data que se tornou um dos marcos mais importantes da consolidação da Independência do Brasil. (Comparilhe)

Sorteio

Já se inscreveu no sorteio da obra "Desapropriação: doutrina e prática" (Editora D' Plácido, 692p.), escrita por Kiyoshi Harada (Harada Advogados Associados)? A publicação vai além do estudo da desapropriação, abordando matérias afins sob enfoque teórico-doutrinário com fartas ilustrações práticas. ()

Novidades

Thomson Reuters Revista dos Tribunais promove, em 26/2, em São Paulo, o evento de lançamento da obra "Corrupção - A fronteira entre o saber e o não saber na estrutura da empresa", de Fábio Tofic Simantob (Tofic Advogados). () No dia 4/3, o Espaço Cultural do STJ recebe o lançamento do livro "Afrânio Vilela: um mineiro de Ibiá no Supremo Tribunal de Justiça", obra coletiva que homenageia a trajetória e o pensamento do ministro. () Avelar Advogados publicou a nova edição do boletim "Avelar News", com notícias, jurisprudências, PLs e o termômetro da semana em matéria penal. ()

Migalhíssimas

Presidente da OAB/RJ, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados) vai proferir a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Juizados Especiais", com o tema "O cumprimento da sentença nos Juizados Especiais Cíveis". Amanhã, às 11h, pelo canal do YouTube mentoriaoabrj. () No último fim de semana aconteceu no BMA Advogados a "14ª edição do Rio Pre Moot", coordenada por Joaquim de Paiva Muniz (Trench Rossi Watanabe). O evento reuniu 20 equipes, de vários países, e mais de 50 árbitros. Houve um inédito empate no título entre University of Münster e PUC-PR (como se enfrentarão em Viena, não podem se enfrentar em pre-moot). A USP ficou em terceiro e a FGV-RJ em quarto. () O avanço acelerado da IA no cotidiano traz questionamentos importantes sobre criatividade e os direitos do autor. Quem é o inventor? Quem escreveu o prompt? A própria IA? Ou ambos? No episódio do podcast "Daniel On Air", Nuria López, do DANIEL, traz reflexões fundamentais sobre invenções assistidas por IA e os desafios que surgem quando a tecnologia entra no processo criativo. Veja mais detalhes sobre a discussão. ()

"Alegria sim, assédio não"

OAB/SP lança a 2ª edição do "OAB Por Elas no Carnaval 2026", com acolhimento jurídico a mulheres vítimas de assédio e ações em blocos de rua e no Sambódromo. ()

Curso de curta duração

FGV Direito Rio abre inscrições para o curso "Contratos Administrativos", presencial, às sextas-feiras, das 10h às 18h, com início em 27/2. ()

Dívida sustentável

Pesquisa da FGV Direito SP revela 215 emissões de títulos sustentáveis no Brasil, totalizando R\$ 99,8

bilhões entre 2016 e 2024, além da criação de uma base de dados pública sobre o tema. ()

Parceria

OAB/ES e Sicoob ES firmam parceria que oferece cartão sem anuidade, conta digital gratuita e educação financeira à advocacia capixaba. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Sento Sé

MG/Alpinópolis

MG/Rio Novo

SP/Buri

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"D.H.S. Claims In A Shooting Phase Is Near Victory"

The Washington Post - EUA

"Simple message resonates across beleaguered country"

Le Monde - França

"Europe : Macron plaide pour un emprunt commun"

Corriere della Sera - Itália

"Debito Ue, tensione Parigi-Berlino"

Clarín - Argentina

"La inflación de enero fue del 2,9% y es el quinto mes en suba"

El País - Espanha

"Vox responde con desplantes y ataques al acercamiento del PP"

Público - Portugal

"Jogos online estão a ser usados para radicalizar crianças"

Die Welt - Alemanha

"Millionen erleben Gewalt in Beziehungen"

The Guardian - Inglaterra

"Streeting still intent on deposing PM despite united front, say allies"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"STJ afasta ministro acusado por duas mulheres de assédio sexual"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Investimento de R\$ 36,8 bi em portos privados previsto desde 2013 não sai do papel"

O Globo - Rio de Janeiro

"Por unanimidade, STJ afasta ministro Buzzi, alvo de duas acusações de assédio"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"Impasse vira transtorno na região Oeste"

Correio Braziliense - Brasília

"Senado mira na CVM e quer ouvir BC, PF e Supremo"

Zero Hora - Porto Alegre

"Motta diz que fim da escala 6x1 será votado em maio; entidades reagem"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Brasil mantém pior posição em ranking mundial de corrupção"

Farmacêuticas nacionais criticam PL de quebra de patente do Mounjaro



O Grupo FarmaBrasil, que representa 12 indústrias farmacêuticas nacionais, criticou projeto de lei que permite a **quebra de patente** dos medicamentos Mounjaro e do Zepbound. Nesta segunda-feira (9), a Câmara dos Deputados decidiu acelerar a tramitação da matéria.

A associação vê a proposta como um "equívoco" e considera que a proteção patentária é essencial para garantir segurança jurídica, previsibilidade e sustentar o desenvolvimento tecnológico da indústria farmacêutica brasileira.

"Somos a favor das **patentes** com prazo de proteção de 20 anos, sem extensões indevidas. O instrumento do licenciamento compulsório já é previsto na legislação brasileira nos termos do Acordo TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de **Propriedade Intelectual** relacionados ao Comér-

cio) e não se justificam novas medidas legais no contexto atual", afirma o presidente do Grupo FarmaBrasil, Reginaldo Arcuri.

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta segunda-feira (9), a urgência do projeto que propõe a quebra da patente do Mounjaro e Zepbound. Os dois medicamentos são indicados para controle do diabetes, mas também usados para o tratamento da obesidade.

O Projeto de Lei nº 68/2026 é de autoria do deputado Mário Heringer (PDT-MG). A proposta declara de interesse público os medicamentos, o que permite que seja decretada a **quebra de patente** prevista na legislação.

"Ocorre que o preço comercial desses medicamentos é simplesmente impeditivo aos objetivos de uma medicina de massa, que precisa, hoje, tratar mais da metade da população adulta de um país que ultrapassa os duzentos milhões de habitantes", justifica o deputado Mário Heringer (PDT-MG).

Segundo o parlamentar, nem o SUS (Sistema Único de Saúde) consegue comportar a incorporação desses medicamentos em virtude do elevado custo, muito menos o cidadão comum é capaz de arcar com valores que "ultrapassam o próprio salário-mínimo nacional".

<https://www.youtube.com/watch?v=Cy1AjCX80bE>

IA do Google bloqueia pedidos com personagens da Disney após disputa legal



A IA do Google começou a recusar comandos para criar conteúdo relacionado aos personagens da Disney, após a empresa de entretenimento enviar uma notificação extrajudicial questionando o uso de sua **propriedade intelectual**. A mudança foi identificada aproximadamente dois meses depois que a Disney formalizou suas queixas legais contra o Google.

Ferramentas como Gemini e Nano Banana agora exibem mensagens de erro quando usuários tentam gerar imagens ou conteúdos que mencionem personagens como Yoda, Homem de Ferro, Elsa de Frozen, ou Ursinho Pooh, todos pertencentes ao império Disney.

Na notificação enviada em dezembro, a Disney alegou que as ferramentas de IA do Google estavam funcionando como uma espécie de "máquina de vendas virtual" de conteúdos protegidos por **direitos autorais** da empresa. O documento não especificava publicamente quais medidas corretivas seriam esperadas como resposta.

Ao tentar criar imagens com personagens da Disney, os sistemas de inteligência artificial do Google agora apresentam uma mensagem padrão: "Não posso gerar a imagem solicitada neste momento devido a preocupações de provedores de conteúdo de terceiros. Por favor, edite seu prompt e tente novamente."

Este bloqueio representa uma significativa mudança de comportamento dos modelos de IA da empresa. Anteriormente, era possível solicitar e obter imagens de alta qualidade destes mesmos per-

sonagens sem qualquer restrição. Em janeiro era possível gerar representações visuais de diversos personagens da Disney sem problemas. Diferentes abordagens entre gigantes da IA

Enquanto o Google opta por bloquear completamente o acesso a conteúdos relacionados à Disney, sua principal concorrente seguiu caminho diferente. Em dezembro, a OpenAI fechou um acordo oficial com a Disney para permitir o uso de seus personagens no Sora, sua ferramenta de geração de vídeos por IA.

O bloqueio não se limita a casos isolados. Usuários em diferentes regiões dos Estados Unidos relataram consistentemente a impossibilidade de gerar imagens baseadas em personagens da Disney utilizando as ferramentas de IA do Google.

Apesar da repercussão do caso, tanto Google quanto Disney recusaram-se a comentar sobre o bloqueio ou sobre os termos da notificação legal enviada em dezembro. Também não foram divulgadas informações sobre possíveis negociações em andamento entre as empresas.

Ainda não está claro se as restrições implementadas pela IA do Google se aplicam apenas à geração de imagens ou se afetam também outros tipos de conteúdo textual que mencionem personagens da Disney. O episódio ilustra os crescentes desafios legais enfrentados pelas empresas de tecnologia no uso de **propriedade intelectual** para treinamento e operação de seus modelos de inteligência artificial. Você também pode gostar dos artigos abaixo:

Santander e Google liberam dois cursos gratuitos de IA focados em marketing e produtividade

Cofundador do Google Maps e líder da OpenAI diz que mercado de IA "provavelmente" é uma bolha

Quebra de patente não garante acesso imediato a medicamentos, diz Sindusfarma



Crítica acontece após Câmara aprovar urgência da tramitação sobre duas canetas emagrecedoras

Entidade diz que, mesmo com o fim das patentes, são necessários anos até que a produção local se torne viável

O Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos) criticou propostas no Congresso de quebras de patentes, um dia após a Câmara aprovar o requerimento de urgência do projeto de lei que reconhece as canetas emagrecedoras Mounjaro e o Zepbound como de "interesse público".

Esse reconhecimento permite o licenciamento compulsório desses medicamentos para a produção nacional.

Sem citar as canetas emagrecedoras, o Sindusfarma disse que iniciativas de **quebra de patentes** no Congresso, embora apresentadas sob a justificativa de ampliação do acesso público a remédios, tendem a simplificar um desafio estrutural mais complexo.

Além da votação sobre o Mounjaro e o Zepbound, a Folha mostrou que a proximidade do fim da patente brasileira do Ozempic causou disputa entre grupos empresariais no Congresso. A atual fabricante defende um projeto de lei que pode prorrogar em cinco anos seus direitos sobre o produto, enquanto farmacêuticas nacionais querem barrar a iniciativa para produzir suas próprias versões.

O Sindusfarma cita experiências internacionais para afirmar que "a **quebra de patentes**, por si só, não assegura acesso imediato a medicamentos".

Segundo o sindicato, a produção farmacêutica tem alto grau de complexidade tecnológica e exige infraestrutura adequada, que demandam tempo e coordenação.

"A experiência histórica demonstra que, mesmo após a concessão de licenças compulsórias, são necessários anos até que a produção local se torne viável."

Para o Sindusfarma, o licenciamento compulsório de medicamentos é um instrumento excepcional, que deve ser usado apenas em contextos específicos, como emergências sanitárias ou situações que de fato podem ser caracterizadas de interesse público.

"Sua adoção como política ordinária pode gerar efeitos indesejados, como a fragilização da segurança jurídica, a desorganização do sistema de **propriedade intelectual** e a redução do ambiente favorável a investimentos em pesquisa, desenvolvimento, estudos clínicos e produção local", diz a entidade.

Entenda o projeto que quebra patente de canetas emagrecedoras



Mounjaro e o Zepbound podem ser declarados medicamentos de 'interesse público'

A Câmara analisa um projeto de lei que facilita a **quebra de patente** de duas marcas de canetas emagrecedoras. A iniciativa, que já teve a urgência aprovada e agora tem uma tramitação acelerada, torna os medicamentos Mounjaro e Zepbound de "interesse público".

O mérito do texto ainda precisa ser votado pelo plenário da Câmara e, caso seja aprovado, será enviado para análise dos senadores. Para valer, o projeto também precisa da sanção da Presidência.

O texto é de autoria do líder do PDT na Câmara, Mario Heringer (MG), e tem apenas três artigos. O principal ponto é tornar as duas marcas de medicamento de interesse público.

O que diz o projeto?

Ao considerar as duas marcas de interesse público, o projeto cita um dispositivo da atual lei de patentes que prevê a concessão de licença compulsória para a exploração da patente quando há interesse público ou emergência nacional ou internacional.

Após ter a licença concedida, caso não o dono da patente não deseje ou não consiga contestar, a exploração é concedida no prazo de um ano.

Há dois tipos de **patentes**: a de invenção, concedida para solução de problemas técnicos específicos, e a de modelo de utilidade, aplicável para melhorias em objeto de uso prático.

No caso de invenção, que se aplica às canetas emagrecedoras, a **patente** dura 20 anos. Por sua vez, a **patente** de modelo de utilidade dura 15 anos.

Pela lei, é possível pedir a patente caso sejam atendidos "requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial"

Quem regula a **concessão de patentes** é o **INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial)**, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Serviços.

A lei de **patentes** brasileira foi criada em 1996 e entrou em vigor dois anos depois de o Brasil ter assinado o acordo TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de **Propriedade Intelectual** relacionados ao Comércio), no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). O acordo disciplina padrões de proteção intelectual, **direito autoral** e **patentes**.

No Brasil, as patentes protegem os direitos econômicos de quem criou um medicamento por 20 anos, a partir do pedido ao **INPI**. Quando o prazo termina, outras empresas podem copiar substâncias já desenvolvidas e testadas. Pela lei, genéricos devem ser no mínimo 35% mais baratos que os de referência.

Apesar de estar previsto a **quebra de patentes** por interesse público ou emergência, é raro que patentes de medicamentos sejam quebradas. A quebra aconteceu somente uma vez durante os 30 anos que a lei está em vigor, quando foi concedida a licença compulsória para o remédio Efavirenz, usado no tratamento de HIV.

Em 2021, o Congresso chegou a aprovar a quebra temporária de patentes para vacinas usadas contra a Covid-19. A iniciativa, no entanto, foi vetada pelo governo.

Ao justificar a proposição relacionada às canetas emagrecedoras, o deputado Mario Heringer, autor do texto, diz que elas "constituem uma forma segura, rápida e muito menos invasiva que as cirurgias bariátricas para o combate à obesidade, ao sobrepeso de risco e às doenças lipídicas, cardiovasculares e metabólicas deles decorrentes".

Continuação: Entenda o projeto que quebra patente de canetas emagrecedoras

Na última segunda-feira, quando a urgência foi aprovada, a deputada Adriana Ventura (Novo-SP) criticou a iniciativa.

- A discussão é bem-vinda, mas, desta maneira, não faz nenhum sentido. Você está indo contra o direito de **propriedade intelectual**, você está indo contra incentivo à inovação e pesquisa.

INSCREVA-SE NA NEWSLETTER

Bem de Saúde

Novidades para você ficar bem de corpo e alma. Às quintas.

Câmara aprova urgência para projeto que prevê quebra de patente do Mounjaro



Autor diz que medida pode reduzir custos, baratear o remédio e gerar economia de até R\$ 70 bi ao SUS; Eli Lilly afirma que proposta enfraquece regras de patente

Compartilhe essa matéria:

Link copiado!

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira, 9, o regime de urgência para o projeto de lei que prevê a **quebra de patente** do Mounjaro e do Zepbound, medicamentos desenvolvidos pela farmacêutica Eli Lilly. Com isso, a proposta pode ser votada diretamente no plenário nas próximas sessões, sem passar pelas comissões temáticas.

A **quebra de patente** permite que o governo autorize outros laboratórios a fabricar um medicamento mesmo sem a autorização da empresa que desenvolveu a fórmula. O pedido de urgência foi apresentado pelo deputado federal Mário Heringer (PDT-MG) e aprovado por 337 votos favoráveis e 19 contrários.

Médico, Heringer defendeu que a medida pode gerar economia significativa para o Estado. Segundo ele, o uso desses medicamentos no

Sistema Único de Saúde (SUS) teria potencial de reduzir em cerca de R\$ 70 bilhões os gastos públicos com doenças que poderiam ser tratadas com essa classe terapêutica.

"O medicamento pode ser usado no tratamento de várias doenças. O custo para tratar essas condições ao longo do tempo é muito maior do que o investimento na medicação em si", afirmou o parlamentar durante a votação.

A Eli Lilly se manifestou contra a proposta. Em nota, a empresa afirma que a **quebra de patente** enfraquece a proteção à **propriedade intelectual**, mecanismo que garante exclusividade temporária a quem investe no desenvolvimento de um novo medicamento. Segundo a farmacêutica, essa proteção é o que viabiliza altos investimentos em pesquisa e inovação.

A companhia também argumenta que a legislação brasileira prevê o licenciamento compulsório como uma medida excepcional, que deve ser tecnicamente justificada e deve partir do Poder Executivo. A empresa ressalta que o Ministério da Saúde não determinou a adoção dessa medida e que a Lilly não foi formalmente envolvida em discussões sobre o tema.

Outro ponto destacado pela empresa é que a simples quebra da patente não significaria acesso imediato ao medicamento. De acordo com a Lilly, a fabricação de fármacos complexos exige conhecimento técnico específico, estrutura industrial adequada, aprovações da Anvisa e tempo para implementação.

Publicidade

TAGS:MedicamentosMinistério da SaúdeSUS

Banana irrigada de Bom Jesus da Lapa conquista Indicação Geográfica



Procedência da fruta foi reconhecida, elevando para 154 os produtos com certificação no país

A banana produzida no perímetro irrigado do Projeto Formoso, em Bom Jesus da Lapa (BA), obteve registro de Indicação Geográfica (IG) na categoria Indicação de Procedência. Com apoio do Sebrae, o reconhecimento pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi)** foi publicado nesta terça-feira (10/2), classificando a banana de Bom Jesus como um produto singular, cuja notoriedade e qualidade estão relacionadas às condições do território e às práticas dos produtores.

A área geográfica delimitada para a IG abrange os limites do município de Bom Jesus da Lapa, onde a

banana é cultivada em um ambiente de clima e solos específicos, com irrigação e manejo que garantem características particulares ao fruto.

Será a sexta IG de indicação de procedência da Bahia, se somando ao cacau e chocolate do Sul da Bahia, o café do Oeste da Bahia, a cachaça da Microrregião de Abaíra e a renda de bilro de Saubara. O café da Chapada Diamantina também tem reconhecimento na modalidade Denominação de Origem.

O Estado também divide com Pernambuco as IGs das uvas e mangas do Vale do Submédio São Francisco e os vinhos e espumantes do Vale do São Francisco.

Para Hulda Giesbrecht, coordenadora de Tecnologias Portadoras de Futuro do Sebrae Nacional, as IGs representam mais do que um registro de **propriedade intelectual**: são instrumentos coletivos de desenvolvimento socioeconômico.

"Na maioria das vezes, temos um número expressivo de famílias envolvidas na fabricação daquele produto e que geralmente prezam por práticas sustentáveis, trazendo renda e reconhecimento cultural para a comunidade onde vivem", disse Hulda em nota do Sebrae.

O Brasil já soma 154 Indicações Geográficas reconhecidas pelo **Inpi**, mas tem muito potencial para elevar o número. A Itália, por exemplo, tem 897 alimentos e bebidas reconhecidos com certificação de procedência.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	8,10,11
Marco regulatório INPI	10,11,13
Patentes	7,10,11,12
Propriedade Industrial	10,11,13
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13